

COVID-19: IMPACTOS ECONÓMICOS E SOCIAIS EM ANGOLA

Contribuição para o debate

Abril | 2020

**CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA**

EQUIPA

ALVES DA ROCHA

CARLOS VAZ

FRANCISCO PAULO

PRECIOSO DOMINGOS

REGINA SANTOS

TEÚRIO MARCELO

ÍNDICE

1.	A pandemia no planeta: os números que impressionam	5
1.1.	Medidas tomadas por países com grande incidência da COVID-19	6
1.2.	A COVID-19: Os custos económicos e sociais desta pandemia	11
1.3.	Apoio das instituições multilaterais	17
2.	As políticas e medidas em Angola: que impactos esperáveis?	21
2.1.	Principais medidas de apoio às empresas.....	21
2.2.	Medidas para as Famílias e o Sector Informal da Economia.....	29
3.	A COVID-19 E o sector petrolífero.....	35
4.	A ECONOMIA Política desta crise.....	38
5.	A pandemia e prováveis efeitos desestruturantes sobre a psicologia e a organização social	44

INTRODUÇÃO

O não registo de novos casos de corona vírus no país há mais de uma semana e o número extraordinariamente baixo de casos de infecção (19 com 2 mortes e 5 recuperados) levam a questionar: existe mesmo no país um estado de emergência sanitária? Os números oficiais são credíveis? Para além dos efeitos do petróleo sobre a economia e o emprego, haverá mesmo necessidade de um programa de emergência determinado por uma pandemia inexistente? Ou haverá muitos esqueletos escondidos nos muitos armários das estatísticas em Angola, país, desde o regime socialista, especializado em adulterar os números económicos e sociais (por exemplo, é muito difícil acreditar que a taxa de inflação de Março tenha sido de 1,7%); o que se estará a esconder, quando em outros países africanos os casos de contaminação viral começam a aumentar em progressão geométrica? Pretende o Ministério da Saúde, com os apenas 19 casos registados, demonstrar e fazer alarde da bondade e assertividade das medidas que tem posto em prática? Muito pouca gente está a cumprir as medidas de confinamento, bastando para isso uma volta pela cidade de Luanda, onde os vendedores de rua e não só continuam a lutar pela sua sobrevivência diária: então estes desfiguramentos não contribuem para o aumento de casos? Estes questionamentos são legítimos e só podem ser descartados em caso de massificação dos testes. Hoje já se sabe de outros países que a proporção de casos positivos que não apresentam sintomas ou apresentam sintomas ligeiros pode chegar aos 80%. Portanto, enfatizar a questão da necessidade de se realizar mais testes não é passível de exageros. Não basta que se reconheça publicamente a mesma necessidade, é preciso que se diga de concreto o que se está a fazer para ultrapassar tal situação. Não se tem todo tempo do mundo. Sem dados reais sobre os casos não é possível nem saber a real evolução do problema no país nem se as medidas (individuais e governamentais) estão realmente a funcionar.

1. A PANDEMIA NO PLANETA: OS NÚMEROS QUE IMPRESSIONAM

O mundo, tal como o conhecemos, terá mudado completamente depois do novo coronavírus. Até finais de 2019 estava circunscrito à uma cidade no centro da China com mais ou menos 11 milhões de habitantes. A OMS atribuiu o nome SARS-COV-2 (Síndrome Respiratória Aguda Grave-Corona Vírus 2) ao vírus e COVID-19 à doença provocada por este vírus que pode desencadear uma infecção respiratória grave, como a pneumonia.

Este novo vírus faz parte de um grande grupo de vírus, os coronavírus, que podem causar inúmeras infecções, principalmente associadas ao sistema respiratório, semelhantes às gripes comuns ou evoluir para uma doença mais grave, como a pneumonia. Ele apresenta algumas características especiais e novas que ainda carecem de estudos mais aprofundados por forma a se conhecer melhor o seu hospedeiro, o seu comportamento no processo de contaminação, meios mais eficazes de prevenção e a epidemiologia da doença.

Sabe-se também que em média uma pessoa infectada pode contaminar 1,6 a 2,4 outras pessoas, que a taxa de letalidade está enviesada a desfavor das faixas etárias mais avançadas. Por exemplo, a taxa de mortalidade nos pacientes com mais de 70 anos é três a quatro vezes maior do que a média dos pacientes¹.

Embora já se saiba alguma coisa sobre a cadeia genética do vírus, o seu elevado peso molecular, a sua sobrevivência em distintos locais, a sua rápida disseminação e alto nível de transmissão continua a espalhar uma incerteza difícil de se suportar.

Para se entender a rapidez com que o vírus se dissemina basta lembrar que no dia 31 de Dezembro do ano passado a China assumia que estava a braços com uma espécie estranha de pneumonia que até àquele momento afectava apenas 41 pessoas todas elas com alguma ligação ao mercado de produtos do mar na cidade de Wuhan. Vinte

¹ Dados publicados pelo London Business School, Março de 2020.

dias depois, registava-se o primeiro caso nos EUA e a província de Huebei² (cuja capital é Wuhan) já estava em quarentena. Um mês depois (a 30 de janeiro) a OMS declarava que o COVID-19 era uma emergência de saúde pública mundial. E os EUA responde restringindo a entrada em solo americano de todos os cidadãos estrangeiros que tivessem estado na China nas últimas duas semanas. Mais ou menos 60 dias depois a OMS declarava o COVID-19 como uma pandemia, boa parte dos países da Europa já haviam registado casos positivos da doença e a Itália já estava em quarentena total³. A 13 de Abril haviam passado apenas 100 dias desde que a China havia reportado a doença, e nesta data já haviam no mundo mais de 1 917 209 casos positivos. Sendo mais de 119 mil pessoas já sido vitimadas pela doença. O que mostra a rapidez com que o vírus é disseminado.

1.1. Medidas tomadas por países com grande incidência da COVID-19

Embora a doença tenha começado na China, hoje o epicentro (maior número de casos activos e de mortes) é os EUA com mais de 600 mil casos e 25 mil mortes. Depois de a OMS ter declarado o COVID-19 como pandemia os EUA declararam estado de emergência nacional e fecharam as fronteiras para voos provenientes da Europa (na altura o epicentro da crise). No geral mais cedo ou mais tarde todos os países adoptaram as mesmas medidas sanitárias que parece terem funcionado na China. Medidas como a massificação dos testes, rastreio dos contactos dos casos positivos, massificação das informações sobre medidas de prevenção, quarentenas e a obrigatoriedade de isolamento social.

NA verdade, estas medidas são apenas provisórias com o objectivo de se cortar e/ou diminuir a cadeia de transmissão do vírus enquanto os cientistas aprendem mais sobre o vírus. Tal como disse Nicholas Chater (professor de ciências comportamentais da Escola de Negócios de Warwick, na Inglaterra)

“while scientists are learning more about COVID-19 every day, publics around the world will need to get used to something they don't like: uncertainty. "It could be that we can hold this thing back. We just don't know. No amount of

² Uma província com cerca de 60 milhões de habitantes

³ Acompanhe o excelente timeline do business insider <https://www.businessinsider.com/coronavirus-pandemic-timeline-history-major-events-2020-3>

modeling can fix that problem, with a vaccine potentially months or more away, scientists need time to understand the virus's genetics, how it mutates, transmission rates, the viability of cures and the experiences of different countries”⁴.

Enquanto isso, boa parte dos países europeus tal como Itália, Espanha optaram pelo completo lockdown enquanto outros adoptaram medidas menos extremas e optaram por fechar apenas escolas, universidades e proibir grandes aglomerações.

Ainda que seja cedo para sabermos quais países conseguiram realmente conter o vírus (sendo que começam a surgir casos de reinfeções) há alguns países que parecem estar melhores que outros nas consequências provocadas pela pandemia evitando uma crise de saúde pública internamente. A consideração das suas acções pode ajudar a compreender o que fazer e o que não fazer durante uma pandemia desta magnitude.

Por exemplo, a Austrália, levou muito a sério (mais cedo que outro país) esta questão da COVID-19 sendo que a declarou epidemia muito mais cedo do que a OMS⁵. Na opinião de Michael Wallach (um especialista em vacinas da Universidade de Tecnologia de Sydney, Austrália)

“this enabled authority there to quickly release emergency funding and tax breaks, and bought precious time for its hospitals to prepare for a potential flood of patients”.

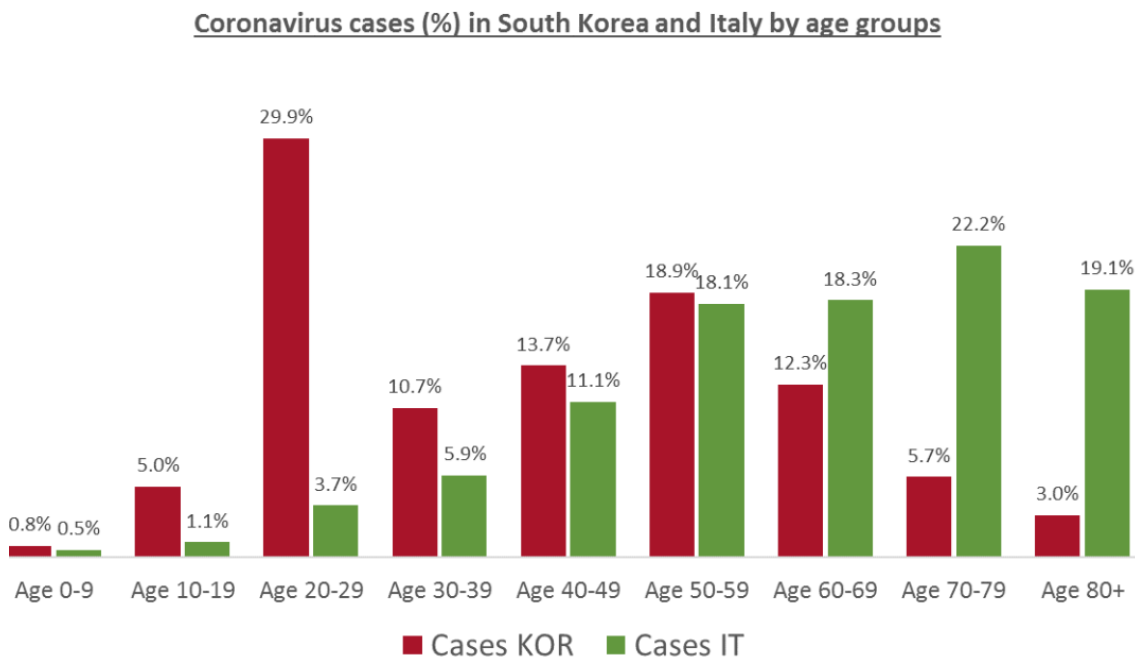
Actualmente (14 de Abril) a Austrália conta com 6mil casos positivos dos quais 61 fatalidades. Na Singapura (um país que até 14 de Abril contava com mais de 2900 casos e 9 mortes) a taxa de recuperação ultrapassa a de infecções. De acordo com Michael Merson (Professor de Saúde Global na Universidade de Duke) o país aponta os seguintes factores como tendo sido cruciais para esta performance: Um excelente Sistema de saúde, massificação dos testes, programas de trace dos contactos e isolamento social, uma população muito pequena e cidadãos que na sua

⁴ Cf. <https://www.usatoday.com/story/news/world/2020/03/17/coronavirus-how-countries-across-globe-responding-covid-19/5065867002/>

⁵ A Austrália considerou o COVID-19 uma pandemia a 27 de Fevereiro enquanto que a OMS só tomou esta medida duas semanas tarde (11 de Março).

maioria seguem as orientações do governo não apenas porque a liderança é autoritária mas também porque há confiança no governo.

Uma conclusão pode ser tirada rapidamente desta narrativa, aqueles países que mais testes (e mais rapidamente) fizeram foram os que de uma maneira ou de outra têm conseguido lidar melhor com esta crise. Vejamos as conclusões de um estudo que compara o caso da Coreia do Sul com o da Itália⁶.



Fonte: Andreas Backhaus (op cit)

O gráfico acima mostra um facto curioso. Enquanto na Coreia do Sul a maior parte dos casos positivos foram registados entre a população mais jovem⁷, na Itália isto acontece com a população mais velha. Lembrar que na altura em que a amostra foi recolhida a Coreia do Sul e a Itália tinham mais ou menos o mesmo número de casos positivos. De acordo com o economista Andreas Backhaus a diferença crucial nestes dados é a forma como foram recolhidos. Enquanto na Coreia do Sul os testes eram feitos em

⁶ Cf. <https://medium.com/@andreasbackhausab/coronavirus-why-its-so-deadly-in-italy-c4200a15a7bf>

⁷ Um resultado parecido ao da Alemanha aonde mais ou menos 85% dos infectados têm menos de 60 anos. Em França este número é 64%.

grupos de pessoas escolhidos aleatoriamente e de forma massiva (até à data da recolha dos dados que serviram de base para o estudo) na Itália na mesma altura os testes eram feitos apenas àquelas pessoas que apresentavam sintomas da doença. O problema é que segundo a OMS

Older adults are at a significantly increased risk of severe disease following infection from COVID-19...We know that over 95% of these deaths occurred in those older than 60 years. More than 50% of all deaths were people aged 80 years or older. We also know from reports that 8 out of 10 deaths are occurring in individuals with at least one underlying co-morbidity, in particular those with cardiovascular diseases/hypertension and diabetes, but also with a range of other chronic underlying conditions⁸.

Isso é o mesmo que dizer que a probabilidade de se encontrar uma pessoa com idade mais avançada que sofra com problemas nos pulmões , nos rins, no coração ou de hipertensão é maior do que alguém com idade menos avançada e naturalmente aquelas complicações podem transformar uma infecção com coronavírus em algo mais sério.

Sendo assim, ao testar apenas os que têm sérios sintomas da doença os países perdem a oportunidade de saber quem realmente está infectado. Porque a população mais jovem é a mais infectada e provavelmente aquela aonde os casos são menos severos e/ou assintomáticos. Fazendo com que probabilidade de contaminação se estenda com mais facilidade do que se soubesse de início quem eram os infectados mais cedo.

O caso dos países africanos é paradigmático. Nesta altura (16 de Abril) todos os países já registaram pelo menos um caso positivo e no total o continente conta com mais de 18 mil infectados. São números modestos se comparados aos quase 1 milhão no continente Europeu ou mais de 700 mil nos EUA. Mas, ainda assim a incidência por país é tão assimétrica quanto naqueles dois continentes. Por exemplo, Egípto, África do Sul, Marrocos e Argélia são os únicos até agora com mais de 2000 casos positivos.

⁸ <http://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/coronavirus-covid-19/statements/statement-older-people-are-at-highest-risk-from-covid-19,-but-all-must-act-to-prevent-community-spread>

Embora haja escassez de informação sobre alguns deles, sabe-se que na África do Sul faz-se em média 5 mil testes de coronavírus por dia tendo mais de 2605 casos positivos e 48 mortes (16 de Abril)⁹. O completo lockdown (decretado a 26 de Março) tem sido apontado como tendo sido decisivo na taxa de infeções que caminhava para uma trajetória exponencial e que agora parece estar estabilizada. Tal como em Angola (caso que iremos estudar mais abaixo). Embora se deva dizer que só os países que realmente testam a sua população é que descobrem os casos positivos. Porque se vai descobrindo que por exemplo em Portugal 88% dos casos positivos acabam ficando confinados em casa por serem assintomáticos¹⁰. Sendo que de 1 Março a 11 de Abril havia se realizado mais de 151 mil testes¹¹. A África do Sul até ao momento (10 de Abril) terá realizado mais de 60mil testes. Mas quando olhamos por exemplo, para a Itália que terá conduzido mais de 700 mil testes (mais ou menos no mesmo período) ou a Coreia do Sul com 600 mil faz-nos pensar que os testes realizados pela Nigéria (5000) e por Angola (1200) estejam a escamotear a real situação do continente africano.

Enfatizar a questão da necessidade de se realizar mais testes não é passível de exageros. Não basta que reconheçam publicamente a mesma necessidade, é preciso que se diga de concreto o que se está a fazer para ultrapassar tal situação. Não se tem todo tempo do mundo. Sem dados reais sobre os casos não é possível nem saber a real evolução do problema nem saber se as medidas (individuais e grupais) estão realmente a funcionar.

Se por um lado há muitos factores que ainda estão por se esclarecer (relativamente aos poucos casos em África):

- Qual a extensão de casos positivos não detetados devido a sintomas leves, falta de sintomas ou mesmo falta de testes.
- Será que os indivíduos assintomáticos podem realmente transmitir a doença?
- Quanto tempo é o período de incubação? Será que varia em função das condições imunológicas do hospedeiro?

⁹ <https://sacoronavirus.co.za/category/press-releases-and-notice/>.

¹⁰ <https://www.euronews.com/2020/04/14/coronavirus-in-europe-why-has-portugal-not-been-as-badly-hit-by-covid-19-as-neighbour-spai>

¹¹ <https://www.publico.pt/2020/04/11/sociedade/noticia/realizados-151113-testes-diagnostico-covid19-desde-1-marco-1911899>

- Será que o vírus tem um comportamento sazonal podendo regressar ou agir em força no “cacimbo”?

São questões que ficam por se responder cujas respostas irão determinar a longevidade do estado de emergência decretado na maior parte destes países.

Por outro lado, o simples “copy-paste” das medidas de reacção não é o caminho mais seguro a se trilhar não só porque os países não possuem os recursos, mas também porque as condições climáticas, a estrutura etária da população, o histórico epidemiológico muito particular, e outros factores idiossincráticos deste continente exigirão que os governos africanos aprendam a “miniaturizar”. Ou seja, adequar as medidas de protecção sanitária e de saúde pública que se está a tomar em redor do mundo à realidade dos países do continente. O que exigirá um génio criativo aguçado e alguma ousadia, mas governar em tempos de crise e com recursos limitados é assim mesmo.

1.2. A COVID-19: Os custos económicos e sociais desta pandemia

Como se depreende da secção anterior são tempos de excruciante incerteza. Nesta altura a única certeza que se tem é que a prioridade é garantir a pronta resposta dos sistemas de saúde bem como a aplicação de medidas de quarentena e isolamento social medidas que impedem o normal funcionamento da economia.

Não se tem memória de ter havido alguma vez na história uma paragem abrupta e sincronizada à escala global de quase toda a actividade económica. O que inevitavelmente aponta para um período de recessão económica nunca antes experimentada. Nouriel Roubini¹² lembra-nos disso ao comparar a actual crise com a de 2008. O choque sobre a economia global resultante da COVID19 não foi apenas mais rápido do que o choque que provocou a crise de 2008, mas também mais severa e vai mais longe dizendo que a actual crise nem com a Grande Depressão é comparável. Argumenta que nestas últimas duas grandes crises os mercados colapsaram mais de 50%, o mercado creditício foi enxugado, houve falências em massa, a taxa de desemprego foi para lá dos 10%. Só que tudo isso ocorreu em três

¹² <https://www.project-syndicate.org/commentary/coronavirus-greater-great-depression-by-nouriel-roubini-2020-03>

anos. Na actual crise o prospecto é exactamente o mesmo só que poderá ocorrer num espaço de tempo muito inferior. Não é por acaso que o relatório do FMI de 14 de Abril intitula-se “The Great Lockdown: Worst Economic Downturn Since the Great Depression”. Neste documento o FMI aponta para um “desastre” económico em 2020 tal como se vê nas perspectivas de (de)crescimento na tabela abaixo.

Economias	Estrutura do PIB Mundial 2018 (PPC %)	Taxas de Crescimento Mundial				
		2017	2018	2019	2020	2021
Mundo	100	3,8	3,6	2,9	- 3.0	5.8
Economias Avançadas	40,8	2,4	2,2	1,7	- 6.1	4.5
EUA	15,2	2,2	2,9	2,3	- 5.9	4,7
Zona Euro	13,1	2,0	1,9	1,2	- 7.5	4,7
Alemanha	3,2	2,5	1,5	0,6	- 7.0	5,2
Espanha	1,4	3,0	2,4	2,0	- 8.0	4,3
França	2,2	2,3	1,7	1,3	- 7.2	4,5
Itália	1,8	1,6	0,8	0,3	- 9.1	4,8
Portugal	0,2	2,7	2,3	2,2	- 8.0	5,0
Japão	4,2	1,9	0,3	0,7	- 5.2	3,0
Reino Unido	2,2	1,8	1,3	1,4	- 6.5	4,0
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	59,2	4,7	4,5	3,7	- 1.0	6.6
Brasil	2,5	1,1	1,3	1,1	- 5.3	2,9
Rússia	3,1	1,5	2,5	1,3	- 5.5	3,5
Índia	7,7	6,7	6,1	4,2	1,9	7,4
China	18,7	6,9	6,7	6,1	1,2	9,2
África do Sul	0,6	1,3	0,8	0,2	- 5.8	4,0
Nigéria	0,9		1,9	2,2	- 3.4	2,4
Angola				- 1.5	- 1.4	2,6

Fonte: World Economic Outlook, April 2020

Embora não se esteja a prever que as mortes resultantes da COVID-19 sejam iguais às registadas em 1918-20 com a gripe influenza, os danos colaterais desta podem ser muito piores. Por isso é que governos em todo mundo se têm comprometido em fazer tudo que está ao alcance para minimizar o impacto da crise sobre as famílias e empresas e assim restaurar as perspectivas de crescimento, a estabilidade dos mercados e tornar os países mais resilientes. Portanto, parece existir cada vez mais consenso que enfrentamos a maior ameaça à saúde pública, estabilidade política e económica da nossa geração. E os governos estão a responder com estímulos económicos nunca vistos também.

Os EUA por exemplo, aprovaram no mês passado um pacote financeiro para estimular a economia de 2 biliões de dólares para apoiar famílias e empresas. Por exemplo espera-se que as transferências directas de dinheiro cheguem a 1200 USD por indivíduo, 2400 para casais e 500 extra por cada filho menor de 17 anos. A ajuda inclui ainda o pagamento dos empréstimos dos estudantes, empréstimos e garantia de empréstimos a empresas (com ênfase para pequenos negócios, trabalhadores independentes, hospitais, empresas Airlines e aeroportos) aumento dos benefícios do subsídio de desemprego, pagamento das rendas de casa e das prestações dos empréstimos, financiamento para bancos alimentares, etc). Para além disso, aprovou uma prorrogação do pagamento dos impostos que deviam ser pagos até 15 de Abril para 90 dias. No domínio da política monetária o Banco Central dos EUA (FED) não só reduziu as taxas de juros para níveis entre 0 – 0,25% e indicou que num futuro próximo poderá continuar a reduzi-las (soft forward guidance) mas também começou um processo de compra de títulos de tesouro e de empresas bem como garantir crédito emergencial para empresas não bancárias.

Na Europa do Euro os consensos são sempre mais difíceis de se chegar, mas ainda assim as medidas vão no mesmo sentido que as tomadas pelos EUA. Por exemplo, o Eurogrupo reconheceu a necessidade da implementação de estímulos fiscais independentemente do espaço fiscal que possuem. Estas medidas devem ir até ao máximo de 1% do PIB dos países. No entanto, a União Europeia aprovou um pacote de cerca de 95 mil milhões de Euros para garantir o pagamento dos empréstimos das empresas (financiamento da comissão europeia e do banco de investimento europeu).

Por outro o banco central europeu flexibilizou a política monetária não apenas ao manter as taxas de juros de depósitos em terreno negativo (-0,5%) mas também em reforçar o programa de compra de dívidas soberanas na ordem dos 120 mil milhões de euros até o final de 2020. O BCE aprovou ainda um programa especial (Pandemic Emergency Purchase Program) de compra de dívida que poderá rondar os 750 mil milhões de euros.

Tal como visto acima a Alemanha poderá voltar a experimentar o sabor de uma recessão em dez anos à volta dos 3%, o que dependerá naturalmente do período de lockdown. Para reagir o governo Alemão abandonou o seu compromisso (em que se apegava com veemência) de orçamento equilibrado contribuindo com cerca de 350 biliões de Euros para apoiar o programa de resgate Europeu. Na Itália, o governo garantiu “seguros” quer para as empresas quer para as famílias adoptando as seguintes medidas:

- Garantir fundos adicionais para a Cassa integrazione guadagni, que ajuda as empresas a manter os trabalhadores em tempos de dificuldade económica garantindo o pagamento de parte dos seus salários.
- Garantir uma ajuda monetária de 500 euros por mês por três meses para os trabalhadores por conta própria.
- Garantir fundos adicionais para o Fondo di Garanzia per le PMI, que é uma espécie de caixa de crédito para pequenas e médias empresas.
- Suspender o pagamento das prestações da renda das casas, impostos e contribuições para a segurança social para os cidadãos;
- Garantir moratória no pagamento de impostos para empresas que comprovem que tiveram uma redução nas receitas de 25%.

Para tal a factura ficou em mais de 25 mil milhões de Euros. Com mais ou menos orçamento as mesmas medidas foram aplicadas em Portugal (uma factura de 20 mil milhões), na Espanha e na Inglaterra.

Sendo que para Portugal estima-se que por cada mês de confinamento, a taxa de crescimento do PIB se degrada em 6,5% e projecta uma taxa de desemprego de 14%

para o final de 2020 só recuperável para os níveis pré-pandemia em 2025. O FMI avalia um prejuízo global pós controlo da pandemia de 7 trilhões de USD em todo o planeta

De toda esta narrativa ficam evidentes duas coisas:

- NÃO é altura para se pensar em restrições orçamentais¹³. O choque de liquidez é enorme. E pode escalar rapidamente para insolvabilidade. Para continuarem a viver quer famílias quer empresas e inclusive o próprio governo precisarão de empréstimos e altos. A lógica é que de todos estes agentes o único que consegue pedir emprestado internamente e/ou externamente com as melhores condições relativas é o governo. Pelo que em nome da estabilidade da economia nacional e não só deverá ser este a se endividar para aliviar a pressão sobre aqueles. Mas ainda que nos preocupemos neste momento com a sustentabilidade fiscal não devemos nos esquecer que de qualquer maneira se precisa de crescimento económico para aumentar as receitas fiscais e para fazer face aos compromissos com a dívida. E se não se reagir agressivamente agora as economias não voltarão a crescer tão cedo. Basta lembrarmos que os efeitos da crise global de 2008 levaram (para alguns países) cerca de cinco anos para estarem completamente ultrapassados. Sendo assim, uma resposta inadequada a esta crise poderá fazer com que no final da década alguns países estejam ainda a agonizar com os efeitos deste atípico início de década.
- É necessário que se garanta que o sistema bancário seja a “boia de salvação” neste grande dilúvio em que o mundo está mergulhado. Independentemente da situação financeira dos bancos, todos eles poderão ter problemas porque famílias e empresas terão dificuldades em pagar os empréstimos o que diminuirá a liquidez do sistema financeiro. Para além de evitar cobrar-se o pagamento das prestações dos empréstimos os bancos devem evitar recompra de acções e pagamento de dividendos para libertar recursos para os que realmente precisam. Caso isso não seja feito a acendalha da crise sanitária transformar-se-á num incêndio financeiro.

¹³ É verdade que esta afirmação não é válida para a Alemanha (que nos últimos dez anos teve um comportamento responsável na gestão das finanças públicas e acumulou excedentes para períodos como estes) do mesmo que é para Angola. Por isso, os desafios são maiores para este último do que para o primeiro.

Mais uma vez a chamada de atenção para o facto destas reacções que os governos em todo mundo vão adoptando em cadeia terem o potencial para se tornarem verdadeiras “calças largas” para alguns países do continente africano. Ou seja, é preciso adequar estas medidas às condições dos países. Uma vez que tal como Angola boa parte destes países já partem de uma condição de inflação descontrolada, rigidez na oferta interna, ambientes de negócios proibitivos, taxas de desemprego assustadoras, desigualdade na distribuição do rendimento, níveis de pobreza inaceitáveis e altos níveis de informalidade das economias. Adequar estas medidas à realidade dos países não quer apenas dizer que se deverá fazer o mesmo, mas com menos custos, mas deverá se pensar em medidas completamente novas. Por exemplo para o caso de Angola, uma reacção do BNA de reduzir as taxas pode não significar o mesmo que a FED ou outro banco qualquer de um país desenvolvido. Os canais de transmissão da política monetária estão inquinados tanto às alterações na taxa de redesconto (por exemplo) pode levar mais de 7 meses para esta influenciar a actividade económica (via crédito) e mais de três para influenciar a inflação¹⁴. Na verdade, a situação pode até ser mais grave num contexto em que os agentes reajam mais rapidamente às alterações nas taxas dos títulos do tesouro do que nas taxas de juros directoras. Portanto, um momento como este requer uma postura do gestor da política monetária muito mais interventiva do que indicativa.

¹⁴ Vide CEIC-UCAN, Relatório Económico 2017, p246.

1.3. Apoio das instituições multilaterais

Daquilo que foi dito até aqui percebe-se claramente que esta crise sanitária não pode ser contida dentro das fronteiras dos países. É por isso mesmo que é uma pandemia. Na verdade, é preciso ser dito que nem os seus efeitos sociais e económicos poderão ser apelidados de nacionalistas. Portanto, é uma crise global que requer uma solução global. É nesta hora que as instituições que “governam a globalização” são chamadas a intervir para gerir um esforço mundial no combate a esta crise. Uma vez que boa parte dos países do mundo não dispõem dos recursos necessários para lidar com uma crise desta magnitude sem que se transforme numa calamidade histórica.

Tal como já foi apontado mais acima, por um lado, os países em desenvolvimento não só possuem sistemas de saúde que vivem em crise mesmo em tempos normais como também não possuem espaço fiscal suficiente para criar sistemas de segurança social robustos muito menos para proporcionar os estímulos económicos na magnitude que os desenvolvidos parecem comprometidos em dar. Por outro lado, dependem da exportação de matérias-primas para obter boa parte das suas divisas e das receitas fiscais que se espera que venham a reduzir substancialmente nesta altura. Ao mesmo tempo que o acesso aos mercados financeiros pode estar limitado pelo facto de nesta altura os investidores procurarem investir em activos de pouco risco como as dívidas dos países desenvolvidos. Como se não fosse suficiente alguns países nesta condição já se encontram altamente endividados.

Para proporcionar apoio financeiro a estes países Ricardo Hausmann propõe as seguintes medidas (muitas delas já estão a ser implementadas como se vê mais abaixo):

- Os EUA devam estender a sua US Federal Reserve swap lines¹⁵ para os bancos centrais de mais países. Actualmente beneficiam desta facilidade a Austrália, o Brasil, a Dinamarca a Coreia do Sul, o México, Noruega Nova Zelândia, a Singapura e a Suécia. Caso os EUA receiem que os países não tenham capacidade de pagar, o FMI devia funcionar como uma espécie de avalista

¹⁵ Uma swap line é um arranjo de troca de moeda temporária entre bancos centrais.

redesenhando o seu Rapid Financing Instrument para servir as actuais necessidades dos países.

- Os grandes bancos centrais (BCE e FED, por exemplo) deviam estender o seu programa de compra de dívidas soberanas para alguns países emergentes, nomeadamente aqueles que apresentam menor risco. O que faria com que as instituições internacionais (FMI, por exemplo) tivessem mais espaço fiscal para atender os casos mais difíceis.
- Aqueles países que não têm moeda própria e claro nem prestamista de última instância (Panamá, El Salvador, Equador) deviam receber linhas de crédito especiais em dólares e/ou em euros.
- Os países desenvolvidos não deviam impedir/dificultar a exportação de testes, fármacos e todos estes recursos sanitários necessários para enfrentar esta crise.

Na mesma senda, Kenneth Rogoff acrescenta:

We have been consistently arguing the urgent need for a temporary moratorium on all debt repayment by any but the most creditworthy developing or emerging sovereign debtors. The case for a moratorium for distressed sovereign borrowers has many similarities to that for households, small businesses, and municipalities¹⁶.

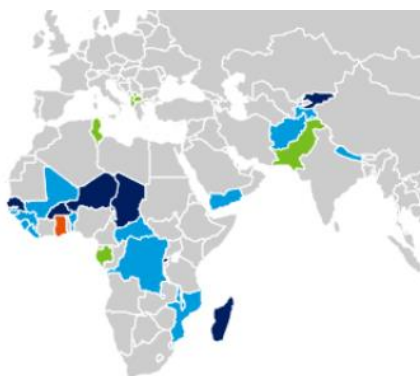
São medidas que poderão não apenas ajudar a salvar vidas e empregos nos países em desenvolvimento, mas também garantir que o mundo consiga lidar com o coronavírus de um modo que este não retorne num futuro próximo para assombrar outra vez o mundo da maneira que o faz agora. Mas, é preciso não perder de vista que para países como Angola e outros africanos, boa parte da sua dívida é com a China e com garantia dos seus recursos naturais. Portanto, para se assegurar que uma intervenção no nível do que foi proposto seja eficaz é preciso que a China faça parte de tais acordos.

Em resposta a todos aqueles apelos o FMI reagiu com um conjunto de linhas de assistência para os países poderem responder a esta crise. Estes apoios estão incluídos

¹⁶ <https://www.project-syndicate.org/commentary/suspend-emerging-and-developing-economies-debt-payments-by-carmen-reinhart-and-kenneth-rogooff-2020-04>

em facilidades tais como: O Rapid Credit Facility (RCF), Rapid Financing Instrument (RFI), há também extensão de alguns instrumentos de financiamento já existentes, bem como a aprovação de perdão de dívidas.

Para os países africanos por exemplo, O Gana foi o que mais recebeu até agora cerca de mil milhões de dólares no contexto do Rapid Credit Facility (Facilidade Rápida de Crédito) para ajudar o país a gerir a diminuição das perspectivas de crescimento, as condições fiscais mais apertadas e pressão de desvalorização provocada pela crise do coronavírus. A imagem abaixo dá uma ideia dos países que já se beneficiam de algum tipo destas facilidades na nossa região. Com ênfase para o perdão fiscal, em azul claro.



● Catastrophe Containment and Relief Trust (CCRT) ● Rapid Financing Instrument (RFI) ● Multiple ● Rapid Credit Facility (RCF)

Fonte: FMI

Até agora Angola não se pôs na linha para nenhuma destas facilidades ou porque não é elegível ou porque a actual condição de austeridade não nos permita. Por exemplo, para ser elegível ao CCRT (que é o programa que dá o perdão da dívida) é preciso que o PIB per capita seja inferior a 1 175 dólares, ou que tenha uma população muito pequena (abaixo de 1,5 milhões).

No dia 15 de Abril o FMI aprovou um outro programa:

“Today, our Executive Board approved the establishment of the Short-term Liquidity Line (SLL) to further strengthen the global financial safety net as part of the Fund’s COVID-19 response. The facility is a revolving and renewable backstop for member countries with very strong policies and fundamentals in need of short-term moderate balance of payments support. In these cases, the

Short-term Liquidity Line will provide revolving access of up to 145 percent of quota¹⁷.”

¹⁷ <https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/04/15/pr20163-imf-adds-liquidity-line-to-strengthen-covid-19-response>

2. AS POLÍTICAS E MEDIDAS EM ANGOLA: QUE IMPACTOS ESPERÁVEIS?

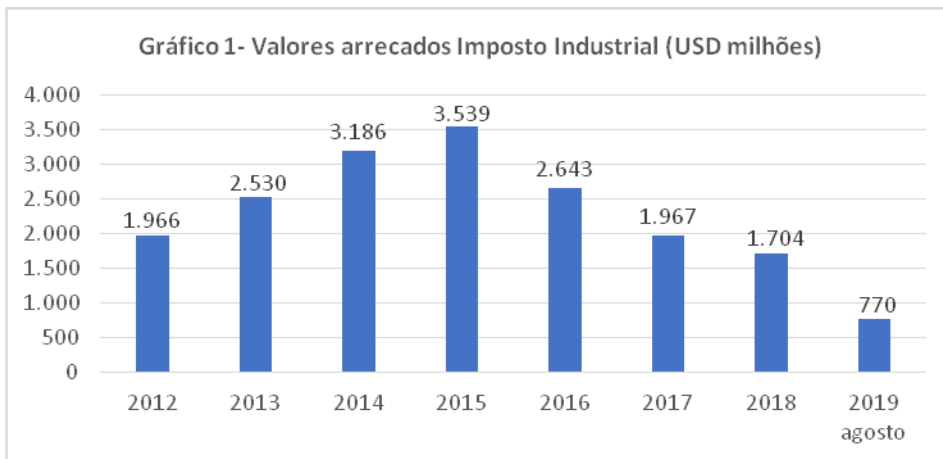
Tal como já foi dito mais acima os casos positivos da COVID-19 não têm aumentando da maneira como se havia previsto (até pelo próprio Ministério da Saúde que esperava ter por volta de 10 mil casos positivos nesta altura. O governo reagiu rapidamente ao fechar, primeiramente, as fronteiras para aqueles países que já tinham casos positivos na comunidade e logo a seguir declarando o estado de emergência (que será de pelo menos um mês) limitando severamente as deslocações para o exterior do país e impondo uma cerca sanitária internamente. Tal como nos países analisados mais acima, o governo adoptou um conjunto de medidas fiscais, monetárias e cambiais que serão analisadas nesta secção.

2.1. Principais medidas de apoio às empresas

a. Alargamento do prazo de liquidação do Imposto Industrial (II) em um (1) mês

Para aliviar e garantir maior liquidez às empresas, o Governo decidiu que as empresas do grupo B, ao invés de liquidarem o II no final de Abril, como diz a Lei, poderão agora fazê-lo a 29 de Maio de 2020. As empresas do grupo A, que deviam liquidar a 31 de Maio de 2020, poderão fazê-lo a 30 de Junho.

Que impacto esta medida poderá ter sobre a vida das empresas e conseqüentemente sobre a vida dos seus colaboradores e consumidores? Uma forma de responder a esta pergunta é começando por saber quanto é que o Estado arrecada com este imposto.



Fonte: Ministério das Finanças

Como se vê no gráfico acima, as empresas entre 2012 e 2015 - anos em que o crescimento económico foi em média de 4,8% - entregaram ao Estado, a título de imposto industrial ou sobre os lucros em termos acumulados USD 11 mil milhões, o que representa em média USD 2,8 mil milhões por ano.

Com a recessão económica, como era de se esperar, o nível de impostos que as empresas liquidaram diminuiu consideravelmente, sendo que entre 2016 e até Agosto de 2019, o valor acumulado que o Estado recebeu das empresas foi de USD 7 mil milhões, 63% do que arrecadou no período 2012-2015. Em 2018 o valor foi de USD 1,7 mil milhões e até ao segundo semestre de 2019 USD 770 milhões.

O Estado de Emergência está a afectar negativamente as actividades de muitas empresas, em especial daquelas que não estão inseridas nos sectores que prestam os serviços mínimos, logo a liquidez destas empresas vai diminuir consideravelmente tendo em conta a paralisação geral ou mesmo o funcionamento parcial de algumas empresas.

Sabemos que o Estado quer que as empresas, mesmo sem actividades, paguem os salários dos trabalhadores estando muitos em casa devido à quarentena. Sem a devida entrada de fundos, as mesmas terão que socorrer-se das poupanças e reservas ou mesmo no limite de crédito bancário para poderem pagar os salários. No caso do crédito este poderá aumentar os custos das empresas.

Tendo em conta que o Estado tem mais capacidade de obter crédito perante a banca comercial, que tal permitir que as empresas paguem apenas o II no final do ano dando assim a possibilidade de estas usarem tais fundos para o pagamento de salários e para

o reinvestimento nas suas operações quando retomarem plenamente as suas actividades? Sendo que a prioridade seria dada às empresas intensivas em mão-de-obra e que não tenham liquidez necessária para lidar com a baixa actividade económica. Um mecanismo eletrónico para reportar problemas de tesouraria podia ser concebido para o efeito.

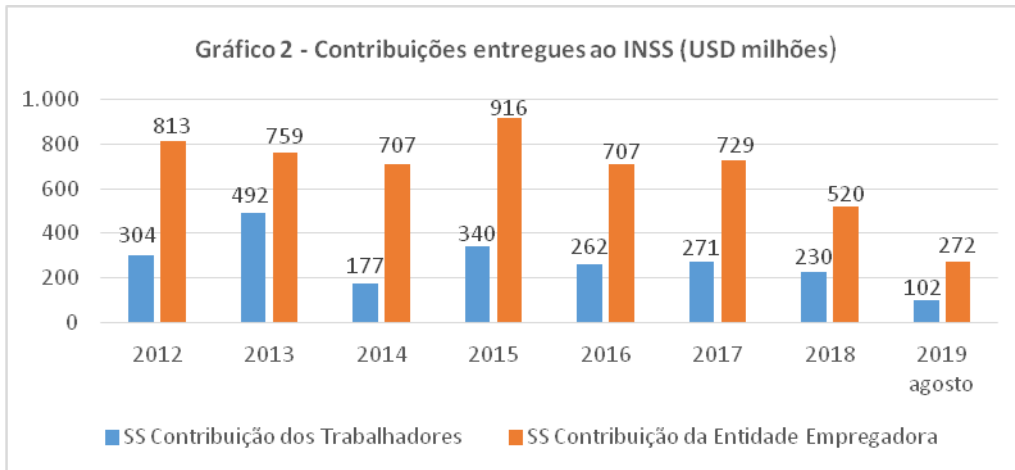
Se o Governo por meio do Ministério das Finanças conceder uma moratória até ao final do ano para o pagamento do II estaria a permitir que cerca de mil milhões de dólares circulem na economia por meio das empresas. É verdade que tal decisão poderá provocar dificuldades ao nível das finanças públicas, mas a estabilidade das empresas deveria estar acima, pois estas é que muito contribuem para as receitas fiscais e para a geração e manutenção de empregos.

b. Pagamento da Segurança Social (8% da entidade empregadora) dos meses de Abril, Maio e Junho em seis parcelas mensais de Julho a Dezembro de 2020

Os dados revelam que em média as empresas contribuíram anualmente para a segurança social dos seus trabalhadores, nos últimos 5 anos, o equivalente a USD 800 milhões, o que em termos mensais representa um valor médio de USD 50 milhões. Logo a segurança social do segundo trimestre (Abril, Maio e Junho) é de aproximadamente de USD 150 milhões. Assim, com esta medida, o Governo estará a permitir que as empresas, inscritas no INSS e que contribuem para a SS dos seus trabalhadores, tenham à sua disposição USD 150 milhões nos próximos três meses. Mas se se conceder uma moratória até ao final do ano e os valores forem pagos apenas em 2021, as empresas teriam uma folga financeira de cerca de USD 450 milhões até Dezembro de 2020.

Quanto à segurança social, que é descontada directamente do trabalhador (3%), nos últimos 5 anos o valor médio anual foi de USD 240 milhões, o que em termos de média mensal representa USD 20 milhões. Assumindo que os trabalhadores irão receber os devidos ordenados neste período, os valores descontados da SS nos próximos 9 meses poderiam estar disponíveis para que as empresas os investissem, aumentando assim a liquidez das mesmas, e que sejam entregues ao INSS no próximo ano de 2021.

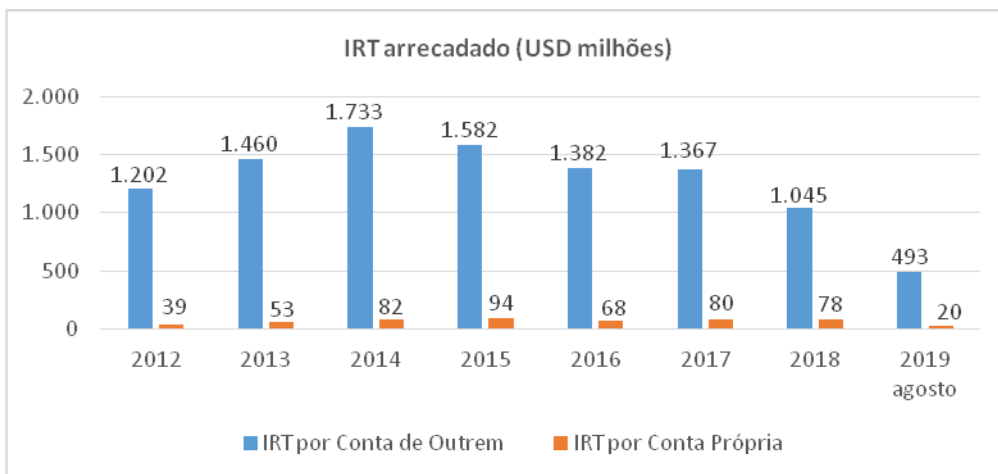
Assim, se toda a SS descontada ficar à disposição das empresas nos próximos 9 meses, a liquidez das mesmas poderá chegar, em termos agregados, a cerca de USD 630 milhões. Os critérios de elegibilidade para esta medida podiam ser: empresas intensivas em mão-de-obra, com dificuldades sérias de tesouraria (comprovável) e com bom histórico de cumprimento das suas obrigações perante o INSS.



Fonte: Ministério das Finanças

O Gráfico 2 apresenta o valor das contribuições da SS entregues pelas empresas e demais organizações ao Instituto nos últimos 8 anos.

Embora as medidas anunciadas não incluam o Imposto sobre o Rendimento do Trabalho (que incide sobre a remuneração dos trabalhadores), uma análise à receita proveniente deste imposto dá-nos uma ideia do custo de oportunidade de permitir que se percam tantos postos de trabalho nesta altura.



Fonte: Ministério das Finanças

Que impacto teria sobre as finanças públicas uma moratória geral (Imposto Industrial, da SS e IRT) tendo em consideração a rigidez das despesas públicas?

Olhemos para a execução das principais despesas públicas nos últimos anos conforme apresentado na tabela 1. Claramente nota-se o corte que a rubrica de investimentos públicos tem sofrido nos últimos anos. O custo com o pessoal da função pública nos últimos 8 anos tem sido em termos médios anuais de cerca de USD 8,6 mil milhões, com uma tendência de redução devido à desvalorização do Kwanza.

Como se pode ver no gráfico 3, entre 2012 a 2015 em termos acumulados o IRT dos trabalhadores por conta de outrem foi de USD 5,9 mil milhões, uma média anual de USD 1,4 mil milhões. Entre 2016 e Agosto de 2019, o valor total foi de USD 4,2 mil milhões, cerca de 1,07 mil milhão anualmente. A redução deve-se essencialmente à variação cambial, ou seja, à desvalorização da moeda nacional.

Tabela 1 Principais Despesas Públicas Executadas (USD Milhões)								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 agosto
Despesas com o pessoal	10.101	11.129	12.581	10.860	7.989	8.511	5.569	2.080
Despesas em bens e serviços	10.655	15.649	13.929	5.306	3.814	0	0	0
Investimentos	8.690	15.890	19.383	4.742	3.876	0	0	0
Juros	1.078	1.027	1.520	2.069	2.179	65	58	29
Amortização da dívida interna	6.067	4.096	5.040	4.204	4.064	0	0	0
Amortização da dívida externa	1.652	1.784	2.655	2.687	2.430	0	0	0
Taxa de Câmbio	95,40	96,51	98,33	120,09	163,64	165,92	258,67	374,84

Fonte: Ministério das Finanças

A execução das despesas em bens e serviços, investimentos e o reembolso das dívidas não estão disponíveis para os últimos três anos. Quanto à dívida externa, o Governo deveria aproveitar esta oportunidade para renegociar com os seus principais credores no sentido de obter um período de carência de pelo menos até ao final do ano. Sendo que está em cima da mesa a nível do mundo uma discussão sobre um perdão da dívida geral para os países em desenvolvimento. No que diz respeito à dívida interna, mais atenção deve ser dada às empresas do sector não financeiro, pois o reembolso da mesma poderá aumentar a liquidez de que tanto precisam neste momento.

c. Crédito e Liquidez disponível para as empresas

O Governo anunciou um conjunto de linhas de crédito a que as empresas poderão ter acesso para reforçar os seus níveis de liquidez, que estão resumidas na tabela 2.

Tabela 2 - Crédito/ Liquidez Disponível para a Economia	Milhões		Taxa de Juro (%)
	Kwanzas	USD	
-			
BDA para as Pequenas e Médias Empresas	26 400	42	9
BDA para 270 Cooperativas nas 18 províncias	13 500	22	7,5
FADA para Agricultura Familiar	15 000	24	3
FACRA para Startups e Sociedade de microfinanças	7 000	11	-
Total Geral	61 900	100	-

Num contexto de utilização plena (sem as burocracias do costume) de todas as novas linhas de crédito o resultado será uma injeção de liquidez no mercado de USD 100 milhões. Para que este dinheiro circule na economia é necessário que as instituições responsáveis sejam céleres e imparciais, e que por sua vez os empresários sejam honestos e que apliquem o montante solicitado para o propósito que foram concedidos.

A tabela a seguir, apresenta parte das medidas alternativas sugeridas pelo CEIC e que equivaleria à um pacote financeiro 10 vezes superior (1,7% do PIB) comparativamente ao do Governo. No limite ou na maior das restrições financeiras do Governo, deveria haver uma complementaridade entre o pacote definido por este último e o proposto pelo CEIC; o que corresponderia a um estímulo de 1,85% do PIB no total. Ainda assim seria insuficiente para amortecer uma queda tão abrupta e que pode ser demorada.

	Milhões	
	Kwanzas	USD
-		
Medidas Alternativas (CEIC)	697 385	1 073
Diferimento do Pagamento do Imposto Industrial 2019 para 2021(*)	364 654	561
Diferimento do Pagamento das Contribuições para Segurança Social(**)	125 411	193
Diferimento do Pagamento do IRT	207 320	319

(*) Foi estimado tendo em conta a média dos valores pagos em 2018 e 2019

(**) A estimativa do IRT e da SS teve em consideração apenas nos próximos nove meses seguintes, isto é, de Abril a Dezembro.

Como dissemos anteriormente, o diferimento do pagamento dos impostos (II, IRT) e da SS deveria priorizar as empresas intensivas em mão-de-obra e cuja actividade tenha sofrido grande baixa devido à declaração do Estado de Emergência.

É verdade que uma medida destas deixaria o tesouro nacional numa situação muito complicada sendo que já se prevê um rácio dívida/PIB para o próximo ano acima dos 130% do PIB. MAS não podemos perder de vista que não é altura para se pensar em restrições orçamentais. O choque de liquidez é enorme. E pode escalar rapidamente para insolvabilidade. E todo esforço para ultrapassá-lo pode ser pouco. Caso as empresas comecem a declarar falência a retoma do crescimento (e uma situação parecida com a normal) poderá ser adiada para o final desta década. Para continuarem a viver quer famílias quer empresas e inclusive o próprio governo precisarão de empréstimos e altos.

A lógica é que de todos estes agentes o único que consegue pedir emprestado internamente e/ou externamente com as melhores condições relativas é o Governo. Pelo que em nome da estabilidade da economia nacional e não só deverá ser este a se endividar para aliviar a pressão sobre aqueles. Mas ainda que nos preocupemos neste momento com a sustentabilidade fiscal não devemos nos esquecer que de qualquer maneira se precisa de crescimento económico para aumentar as receitas fiscais e para fazer face aos compromissos com a dívida. E se não se reagir agressivamente agora a economia nacional não voltará a crescer tão cedo. Sendo que já se encontra há cinco anos consecutivos em recessão. E como se vê na secção seguinte as recessões podem continuar nos próximos dois anos.

As perspectivas de crescimento da economia angolana

As perspectivas que a seguir são apresentadas foram elaboradas na base do modelo estrutural existente no CEIC (um modelo IS-LM-BP) denominado MODUCAN. O MODUCAN é um modelo de previsão macroeconómica construído com base nas equações do modelo IS/LM, que trata do equilíbrio simultâneo no mercado de bens e no mercado monetário, ou seja, que determina os pontos correspondentes à taxa de crescimento do PIB e à taxa de juros. Tendo em conta que a economia angolana é bastante aberta (com rácio Exportações/PIB acima dos 50%) incluiu-se no modelo as equações da balança de pagamentos, incorporando as equações do modelo de

Mundell Fleming de uma pequena economia aberta. O modelo usa as equações da estrutura IS-LM-BP, onde os equilíbrios nos mercados de bens, monetário e cambial são determinados simultaneamente.

O MODUCAN tem ao todo 21 equações, 3 variáveis endógenas (cujos valores são determinados pelo funcionamento do modelo) e 5 variáveis de política económica (variáveis instrumentais).

Para a construção do modelo utilizaram-se os dados das Contas Nacionais do INE e da Balança de Pagamentos do BNA, tendo como ano base 2002. Assim, as principais variáveis exógenas são: gastos públicos, investimento (público), as exportações (petrolíferas e não petrolíferas) e o agregado monetário M3.

A taxa de crescimento económico vai depender dos valores que cada uma destas variáveis vai assumir. As projecções abarcam o período 2019/2022.

Assim, a tabela abaixo apresenta os pressupostos técnicos que estão na base dos resultados que o MODUCAN gerou concernente às expectativas de crescimento da economia nacional, tendo em conta a Pandemia que o mundo enfrenta e o corte na produção petrolífera que Angola está sujeita como membro da OPEP.

Tendo em conta os pressupostos, o modelo macroeconómico dá os seguintes resultados quanto às expectativas de crescimento do PIB total, do PIB petrolífero e não petrolífero:

Previsão de crescimento da economia nacional

Pressupostos Técnicos (valores em milhões de Kwanzas)	2019	2020	2021	2022
Gastos Públicos (com base no OGE)	2.412.083	2.387.962	2.364.082	2.340.442
Investimento Público (com base no OGE)	842.468	800.171	759.998	721.842
Investimento Privado (Estimativa com base nos dados do INE)	3.649.372	3.685.865	3.722.724	3.759.951
Petróleo bruto milhões de barris (minfin) corte da OPEP 2020	538	471	471	488
Volume de diamantes produz 1000 Quilates (MINFIN)	9.122	9.395	9.865	10.457
Agregado Monetário M3 (BNA)	8.152.047	8.192.808	8.233.772	8.274.941
% PIB Petrolífero	21	21	21	21
% PIB não Petrolífero	79	79	79	79

Resultados do MODUCAN (%)	2019	2020	2021	2022
Taxa de Crescimento PIB	-1,4	-6,8	-0,2	1,6

Sector Petrolífero	-0,4	-12,5	0,0	3,7
Sector não petrolífero	-1,4	-4,2	-0,2	0,9
Diamantes	2,5	3,0	5,0	6,0

Como se pode observar, o CEIC prevê uma nova recessão para 2020, muito mais profunda do que a dos anos anteriores, devido à paralisação da maior parte da actividade económica e às dificuldades no sector petrolífero quer ao nível de preço quer das quantidades. O pressuposto de base para a manutenção de uma produção tão baixa para os próximos anos é a retoma lenta da economia mundial que poderá fazer com que se tenha grandes dificuldades de se exportar todo o petróleo que se produz. O Investimento público que poderia impulsionar o crescimento tem sofrido cortes sucessivos desde 2016. O investimento privado é direccionado maioritariamente para o sector petrolífero, deixando o não petrolífero com poucos recursos já que as altas taxas de juros e o elevadíssimo nível de burocracia na banca comercial inibe os empresários de contraírem empréstimos para aumentar os investimentos.

Uma implementação integral e responsável do PIIM em todo território nacional poderia suavizar a recessão, visto que irá aumentar a execução do investimento público e criar mais oportunidade de trabalho nas localidades.

2.2. Medidas para as Famílias e o Sector Informal da Economia

Tal já como vimos mais acima, os agregados familiares vivem sob a ameaça do aumento dos custos dos bens básicos, devido à disrupção que se vive na cadeia de fornecimentos, devido à redução do rendimento familiar, aos potenciais despedimentos e cortes salariais, bem como, por causa do menor consumo da sua produção de bens e serviços, sobretudo no mercado informal.

Na verdade, a situação das famílias já era precária antes mesmo da COVID-19, de acordo com os dados da pobreza seja ela monetária¹⁸ ou multidimensional¹⁹, o país

¹⁸INE- IDR 2018-19

apresenta taxas de 41% e 51.1%, respectivamente, o que ilustra muito o estado de vulnerabilidade das famílias angolanas.

As medidas de contenção e mitigação da propagação do coronavírus que limitam fortemente as liberdades das populações agravam a situação em moldes alarmantes. De tal modo que se verificam constantes casos de desobediência, e por outro lado de excessos na aplicação da lei por parte das forças de ordem e segurança. Daí percebe-se que o alto nível de informalidade da nossa economia e a precariedade das condições de vida compromete a aplicação das medidas de contenção.

De acordo com o Banco Mundial os países em desenvolvimento podem sofrer mais com a COVID-19 devido à maior vulnerabilidade à pandemia e à fraca capacidade de lidar com isso através de políticas públicas. Além dos efeitos diretos, para os países em desenvolvimento exposto a condições globais, a COVID-19 traz um forte choque na procura externa, a figura abaixo ilustra de forma resumida o impacto da COVID-19:

¹⁹PNUD/OPHI- Relatório de Pobreza Multidimensional 2018

Table 1. Indicators of public health, labor markets, fiscal space, and governance by country income group

Categories	Indicators	Income levels			
		Low	Lower-middle	Upper-middle	High
Public health	Hospital beds per 1,000 people, 2014–18	0.69	1.32	2.18	4.20
	Physicians, nurses, and midwives per 1,000 people, 2014–18	1.69	2.57	5.63	11.78
	Acute respiratory infections treated as a share of children under 5 with cough and rapid breathing (%), 2009–18	44.50	54.00	69.40	86.33
	Risk of catastrophic expenditure for surgical care (%), 2013–17	64.03	35.02	15.82	9.81
	Life expectancy at birth (years), 2017	62.00	69.00	74.00	81.00
Labor markets	Informal labor estimates as share of employment (%), 2016	92.70	83.00	55.35	14.43
	Self-employed as share of employment (%), 2019	82.49	64.03	40.60	12.28
Fiscal space	General government gross debt (% of GDP), 2018	46.82	53.21	50.55	56.92
	General government debt held by nonresidents as share of debt (%), 2018	57.14	55.88	38.57	46.41
	Domestic credit to private sector (% of GDP), 2018	14.09	27.69	48.42	110.80
	Foreign currency long-term sovereign debt ratings (Index: low of 1 to high of 21), 2018	7.17	7.20	9.36	16.67
	Tax revenue (% of GDP), 2016	15.40	15.08	15.12	19.03
Governance	Government effectiveness, 2018	-1.12	-0.57	-0.09	1.10
	Regulatory quality, 2018	-0.94	-0.54	-0.14	1.06
	Rule of law, 2018	-1.01	-0.64	-0.26	1.05
	Control of corruption, 2018	-1.02	-0.62	-0.32	0.94

Source: ILO (2018, 2020); Kose, Ohnsorge, and Sugawara (2018); Loayza and Meza-Cuadra (2018); Health Nutrition and Population Statistics, World Bank (2020b); World Development Indicators, World Bank (2020c); Worldwide Governance Indicators, World Bank (2019).

Note: Public health indicators are averages over the years mentioned. All other indicators are the median per income group. Risk of catastrophic expenditure for surgical care refers to the proportion of population at risk of catastrophic expenditure when surgical care is required. Catastrophic expenditure is defined as direct out-of-pocket payments for surgical and anesthesia care exceeding 10 percent of total income.

Fonte: Banco Mundial -Macroeconomic-Policy-in-the-Time-of-COVID-19-A-Primer-for-Developing-Countries

Com isso reconhecemos a dificuldade que o governo terá na adoção de medidas de alívio ao impacto às famílias, devido aos seguintes factores:

- Política orçamental com pouca margem para aprovação de gigantescos pacotes de apoio às famílias;
- Política Monetária com canais de transmissão entupidos;

Nas palavras do MEP: para mitigar os efeitos das ameaças atrás referidas, as medidas imediatas que devem incidir sobre os particulares visam alcançar dois grandes objectivos, proteger o bem-estar das famílias e salvaguardar o processo de manutenção e criação de postos de trabalho, sendo nomeadamente as seguintes:

- Para melhorar o rendimento familiar proveniente dos salários, o Instituto Nacional de Segurança Social, mediante solicitação prévia, autoriza as entidades empregadoras do sector privado a transferirem para os salários dos trabalhadores, o valor do desconto para a Segurança Social (desconto de 3% do salário do trabalhador) nos meses de abril, Maio e Junho de 2020;

Através desta medida o governo espera aumentar o rendimento disponível das famílias, no entanto beneficia apenas os rendimentos provenientes do sector formal, sendo que a maior parte das famílias sobrevive da actividade informal. O que expõe os níveis de desigualdade que o país vive e reforça a necessidade de medidas que apoiem e minimizem essa exposição à informalidade.

- Para garantir o consumo de bens alimentares da cesta básica para famílias mais vulneráveis foram disponibilizados recursos no total de 315 milhões de Kwanzas para o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, que com os Governos Provinciais desenvolve campanhas de distribuição de bens da cesta básica para segmentos da população mais vulnerável;

Medida que também deve ser aplaudida, contudo reforçada com o apoio da agricultura familiar, através da compra dos seus excedentes e a transferência para outras famílias carenciadas. Deste modo protegeria a produção excedentária destas famílias e proporcionava produtos do campo para àquelas.

- Para melhorar o rendimento das famílias mais pobres afectadas pela profundidade da crise económica que o país vive, inicia em Maio de 2020 a

primeira fase do Programa de Transferências Sociais Monetárias que irá ter um milhão e seiscentas mil famílias beneficiárias²⁰.

O governo anunciou que em Maio as famílias carenciadas receberão uma transferência monetária 8.500 kwanzas/mês. Sem, no entanto, avançar por quanto tempo. Entre as limitações dos países em desenvolvimento está a pouca margem orçamental para se efectuar um apoio mais robusto às famílias mais afectadas pela COVID-19. O PNUD sugere que se faça uma revisão das políticas de combate à pobreza e adaptação dos programas de intervenção aos municípios ao contexto actual²¹, deste modo usar-se-iam mecanismos já existentes para ajudar a aliviar o impacto da doença nas famílias.

Reconhecemos os desafios do Governo na aplicação de medidas de alívio ao impacto da COVID-19 nas famílias, contudo é importante reforçar que o custo de não fazer nada é maior do que o de fazer alguma coisa. As famílias (tal como as empresas) constituem o pilar do país e infelizmente a maioria das famílias angolanas enfrentam fortes desafios no subemprego sem ter outra forma de sustento que não as suas actividades na informalidade. A necessidade de apoiar essas famílias é enorme e vai exigir definição de prioridades por parte do governo e alguns sacrifícios.

Quanto à economia, já foi dito acima que as empresas enfrentam enormes dificuldades de manutenção dos postos de trabalho. Particularmente em sectores como o da hotelaria, restauração, comércio no geral construção e educação poderão a breve trecho começar a registar despedimentos em massa tendo uma forte implicação na diminuição do consumo e do crescimento. As pequenas e médias empresas que não falirem terão grandes dificuldades de cumprir os seus compromissos fiscais, o que colocará o tesouro nacional em dificuldades prementes uma vez que já se encontra endividado e com pressões de tesouraria extremas, o que diminui a sua capacidade de apoiar as empresas e as famílias.

No entanto, esta crise pode trazer grandes oportunidades de negócio para o sector da agricultura (a familiar em particular) e do comércio de bens alimentares. Com a

²⁰ <http://www.mep.gov.ao/vernoticia.aspx?id=49779> (Governo adopta 21 medidas para aliviar o impacto da COVID-19 sobre as famílias e as empresas)

²¹ https://www.undp.org/content/dam/angola/docs/Publications/UNDP_AO_IMPACTO_SOCIOECON_PA_NDEMIA%20COVID-19%20EM%20ANGOLA.pdf

diminuição das importações estes sectores poderão beneficiar de uma procura adicional pelo que achamos o foco da protecção do governo às empresas deve priorizar estes dois sectores como formas de garantir a segurança alimentar e impedir a agudização da pobreza extrema que poderá facilmente resvalar para episódios de fome, principalmente nos centros urbanos. Para fazer face a esta situação as seguintes medidas devem ser consideradas (não como um programa de apoio a nível do governo central, mas gerido a nível dos governos provinciais e administrações municipais). As organizações religiosas e da sociedade civil poderão servir nesta altura como verdadeiros parceiros do governo na identificação das famílias mais carenciadas e como fiscalizadoras da implementação deste tipo de programas. Algumas medidas para aumentar a eficácia do pacote financeiro destinado à agricultura podem incluir:

- Identificação de culturas de segunda época, da produção de animais e pequena espécie e apoios (meios de transporte, abertura de poços de água, disponibilização no mercado de motorizadas e electrobombas) a pequenos e médios produtores agrícolas e pecuários comerciais em zonas próximas dos centros urbanos.
- Importação de insumos e de pequenos equipamentos para a agricultura, fomentando mercados de sementes, de pintos de dia e fertilizantes;
- Mobilização dos produtores para recuperação (limpeza de valas de drenagem) e constituição de regadios;
- Fomento e apoio imediato de actividades pesqueiras;
- Importação e venda de camiões de pequena tonelagem para distribuição de bens agrícolas das zonas verdes;
- Criação atempada de sistemas de distribuição alimentar, identificando populações carenciadas e criando senhas de acesso a produtos;
- Subsidiar o sector dos transportes de passageiros, fundamental para o funcionamento da economia, incluindo produção, distribuição e consumo alimentar.

3. A COVID-19 E O SECTOR PETROLÍFERO

Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA) com o isolamento social fixado para conter a expansão da COVID-19, a procura por petróleo pode cair em 20%, equivalente a 20 milhões de barris por dia.

Não se conseguindo ainda estimar nem a duração nem os efeitos económicos da pandemia do coronavírus o preço do petróleo caiu ao menor patamar em 17 anos. A volatilidade do preço do barril do petróleo já se tinha iniciado em meados de 2019 com a percepção do mercado de uma oferta maior do que a procura, assim como das preocupações do mercado com a economia global, com a hipótese acentuada de o vírus poder corroer gravemente o crescimento económico.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e os seus aliados, onde se inclui a Rússia - grupo conhecido por OPEP+ - não conseguiram na altura alcançar um acordo para cortar a produção mundial de petróleo, o que teria como efeito um menor excesso de oferta respondendo à diminuição da procura devido ao coronavírus.

Como resultado, russos e sauditas, dois dos principais produtores globais de petróleo, digladiaram-se numa guerra de preços, deteriorando os orçamentos dos países produtores de petróleo e lesando a indústria de produção de formações compactas – shale – dos Estados Unidos, que é mais vulnerável a preços baixos devido aos seus custos de produção elevados e à necessidade de investimentos constantes para a manutenção dos seus volumes.

A procura por petróleo já vinha sendo reduzida igualmente pela perturbação económica causada pela guerra comercial entre EUA-China e a consequente desaceleração da produção industrial da China.

A China é o maior importador de petróleo do mundo, depois de ter ultrapassado os Estados Unidos em 2016. Qualquer mudança no consumo deste país tem repercussões significativas no mercado global de energia. Com a emergência do Covid19 a China tem tido uma forte influência no impacto no mercado internacional de petróleo pela

diminuição da sua procura ditada pelas causas anteriores e pelas medidas de confinamento.

A necessidade de imposição de medidas de isolamento para grande parte da população mundial tem repercussões sem precedentes na procura de produtos derivados do petróleo, como os combustíveis essenciais para o transporte de cargas, passageiros ou como fonte de geração de energia, com limitações de realização, de voos, de circulação marítima, de circulação de pessoas e de bens. Declarado como pandemia mundial o Covid19 tem imposto novos ritmos e diferentes posturas nas organizações e nas relações de trabalho. Portanto tudo agora está dependente da cadência e dos prazos de retoma da actividade económica global.

Estas medidas de contenção e a diminuição da procura por combustível obriga igualmente os produtores mundiais a fazerem cortes na produção. Gera-se um ciclo vicioso no qual as refinarias deixam de comprar petróleo bruto pois não têm escoamento para os refinados visto o consumo estar muito reduzido.

Outra ameaça é o aumento dos stocks nas refinarias que estão a chegar aos seus limites de armazenamento, estando a quebra da procura a obrigar a rever o seu próprio funcionamento. Há sinais de que isso já está a acontecer nalgumas regiões como a Europa Ocidental e os Estados Unidos.

Finalmente no domingo 12 de Abril a *OPEP*, Países Associados e alguns outros produtores chegaram a um acordo para cortar a produção de petróleo em 9,7 milhões de barris por dia para estabilizar o mercado a médio prazo. O objectivo é evitar o colapso dos preços do petróleo – cotações inferiores a 20 dólares/barril - devido à queda brusca da procura e à guerra de preços entre a Arábia Saudita e a Rússia. Neste maior corte de produção de todos os tempos, os países ligados pelo acordo vão manter limites da produção por dois anos, até Abril de 2022.

Os cortes da OPEP + reduzem-se – em valores ajustados à realidade com base nas produções de Fevereiro deste ano – de 8 milhões de barris/dia (Mb/d) já em Maio e Junho, para 5 Mb/d entre Julho e Dezembro de 2020 e depois para 3 Mb/d entre

Janeiro de 2021 até Abril de 2022. Os restantes países que se aliaram a esta decisão – Noruega, Brasil, Canadá etc. – devem reduzir cerca de 2 Mb/d temporariamente.

Os Estados Unidos que não querem aceitar reduções expressas vão, no entanto, ver a sua produção a partir do “shale Oil” diminuir devido aos baixos preços do barril que se vão manter por uns tempos, dada a situação de recessão económica mundial em que vamos viver. Espera-se que o Canadá também reduza bastante a sua produção a partir das areias betuminosas, que é antieconómica, abaixo dos 35 dólares/barril.

A expectativa é que os preços do barril a médio prazo não retomem o patamar de meados de 2019, entre US\$ 60 a US\$ 70, e fiquem em torno de US\$ 50, o que poderá acontecer no 2º semestre de 2022, considerando uma recuperação rápida da economia da China e dos Estados Unidos, o que ainda não é previsível. Mantendo-se o cenário de preços baixos tal já está a forçar as companhias de petróleo a adiar investimentos.

O défice orçamental derivado da baixa produção e baixo preço do petróleo e o aumento das despesas de saúde condicionadas pelas medidas de contenção do vírus têm um efeito perverso para a economia e a sociedade angolana. Segundo um estudo da União Africana, os maiores produtores de crude, Angola e Nigéria, podem perder até US\$ 65 mil milhões em receitas só devido ao impacto da COVID-19.

A dimensão do impacto da crise dependerá da recuperação económica dos principais consumidores de crude no mercado internacional, principalmente da China no caso de Angola.

4. A ECONOMIA POLÍTICA DESTA CRISE

Tal como vimos ao longo deste documento algumas economias, muito poucas, lutam para evitar uma recessão, ou seja, não passarem de uma desaceleração das suas economias ou, na pior das hipóteses, garantirem pelo menos uma estagnação (crescimento nulo). As restantes, que são a maioria esmagadora, esperam sofrer uma recessão económica, sendo que as medidas económicas dos governos em reacção ao grande choque, são simplesmente para evitar a queda livre e evitar os piores cenários. Ao contrário do resto da economia mundial, o Covid-19 atinge Angola e a Guiné Equatorial num contexto em que ambas economias já lutam contra depressão económica²².

Se para a maioria das economias do mundo o Covid-19 é a causa da sua crise económica e social actual, o mesmo não é válido para Angola. Essa Pandemia é crise sobre crise para Angola. Pelo nível de fragilidade da economia é como se os Palancas Negras estivessem apurados para o mundial de futebol com apenas dez jogadores, sem um guarda-redes.

O FMI está em Angola para uma missão de três anos (2018 – 2021) e o principal objectivo é ajudar o Governo a estabilizar a economia e levar a cabo um conjunto de reformas estruturais com a finalidade de tornar a economia mais competitiva, retomar o crescimento económico fora do sector petrolífero. Por outras palavras, o Fundo veio ajudar o Governo a organizar a economia. A implementação das políticas descritas no Acordo entre o FMI e o Governo de Angola denotam um pressuposto fundamental segundo o qual a economia não petrolífera, particularmente a produção não petrolífera, é pouco significativa ainda ao ponto de não haver relação nenhuma entre a recessão económica que persiste em Angola e a política monetária restritiva (redução sistemática da quantidade de kwanzas em circulação –, diminuição da liquidez, o que se conjuga com a política de desvalorização da moeda nacional). Ou seja, a economia

²² Mais de três anos consecutivos em recessão económica. Guiné Equatorial desde 2015 e Angola desde 2016.

nacional reage muito pouco (e quando o faz acontece com um lag muito alto) às alterações nas taxas de juro²³.

É preciso que se reconheça que a realidade económica actual de Angola impede o Governo de seguir a receita Keynesiana que apela a um aumento dos gastos públicos em socorro das famílias e empresas. A grande prova disso é a revisão em baixa do orçamento Geral do Estado que já se encontra em curso e que, no melhor dos cenários, reduzirá a actual despesa fiscal de cerca de 8,1 biliões de kwanzas em 10²⁴%. O nosso cenário pessimista prevê uma redução da despesa fiscal de até 26%, ao passo que o cenário moderado de 19%. Sendo que em caso de realização de qualquer um destes dois últimos cenários poderá haver a obrigatoriedade de reestruturação da dívida.

Ao contrário do que vem ocorrendo em vários países, onde os governos se dirigem ao parlamento para convencer os deputados a aprovarem pacotes multimilionários e bilionários bem acima de 12% dos seus respectivos PIB's, em Angola o Governo prepara-se para ir à Assembleia Nacional convencer os Deputados a baixar a despesa pública. Isso explica o facto do Governo angolano, através da sua Equipa Económica, ter realizado uma conferência de imprensa para divulgar, um pacote financeiro muito abaixo daquilo que seria o ideal para aliviar as empresas e algumas famílias²⁵. O FIDA, o BDA e o FACRA serão as fontes de financiamento.

- O pacote financeiro aprovado pelo Governo para ser disponibilizado às empresas sob forma de empréstimo, não é residual sequer, é inócuo pelo seu tamanho equivalente a cerca de 100,9 milhões de dólares. Ainda que

²³ No dicionário angolano, um apelo à taxas de juro baixas equivale a pedir a intervenção administrava do Estado no mercado creditício (subsídios desperdiçando o dinheiro dos contribuintes); o que acaba resultando no crédito fácil: na base de bilhetinhos e cartas de recomendação do "Partido". Este crédito teve sempre reflexos aquém do esperado sobre a economia real, -, isto sem necessariamente olhar para os problemas estruturais que continuam a enfermar a economia angolana. As altas taxas de crédito malparado são fruto desse passado que também é presente e futuro.

²⁴ 10% acaba sendo o cenário de redução orçamental mais optimista porque reflecte apenas uma queda da despesa fiscal mediante redução das rubricas bens e serviços, transferências e investimento público na ordem de 300 mil milhões de kwanzas, 126 mil milhões de kwanzas e 330 mil milhões de kwanzas, respectivamente. Parte-se dum pressuposto praticamente impossível de não redução dos juros (não reestruturação da dívida).

²⁵ Sinceramente não se sabe quais pela exiguidade do valor versus número de famílias angolanas.

tivéssemos que engrossar o pacote financeiro com os cerca de 563,2 mil dólares destinado às famílias, estaríamos simplesmente a falar de 0,15% do PIB.

- O montante inócuo equivalente a 0,15% reflecte, bem como o pedido de ajuda financeira do Governo aos angolanos, as preocupantes dificuldades de respiração das Finanças Públicas, não por causa do Covid-19, mas pela forma voraz com que foram consumidas as receitas petrolíferas que serviriam para industrializar o País e acumular reservas para períodos como esse que se vive. Deixa de ser necessário pedir dados ao Governo para se saber sobre a sua situação financeira, pois, a mensagem que o próprio Governo tem estado a vender aos mercados financeiros (credores nacionais e estrangeiros) é de que o País está de rastos financeiramente falando e potencialmente inadimplente. Não é coincidência o facto dos Eurobonds terem reagido imediatamente com taxas acima de 25%.

MEDIDAS ADOPTADAS PELO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

a) Subtrair 1,5 mil milhões de dólares do FSDA

- O FSDA é o único rendimento futuro que restava ao País e que também servia para melhorar o prospecto do Governo angolano junto de investidores externos. Por se tratar dum fundo, estamos diante de um investimento, ainda que teoricamente. Assim sendo, a ciência económica recomenda que um investimento pode ser desarticulado, porém, o importante é articularmos outro investimento. Infelizmente, não é esse o caso FSDA, vai ser utilizado para realizar despesas correntes²⁶. Não bastou o PIIM que é um programa claramente eleitoralista e que com a COVID-19, assume-se como mais um desperdício de recursos. Depois do PIIM e agora o Covid-19, o FSDA conta com 3 mil milhões de dólares a menos. Porém, se assumirmos que o mesmo não tem gerado rentabilidade para o Estado, mas, tem na mesma tido encargos financeiros, é bem provável que já ande bem

²⁶ Salvo se for para usar na amortização da dívida. No Orçamento revisto, espera-se uma redução do investimento em capital físico.

abaixo dos 2 mil milhões de dólares. Pelo que não será de admirar que com a situação o fundo seja completamente liquidado.

b) Acelerar as privatizações

- Existe uma forte relação entre a política de combate à corrupção e as privatizações.
 - Do ponto de vista dos compradores nacionais, supõe-se que os apelidados Marimbondos são os que mais possuem liquidez, o que os torna em potenciais clientes do Estado nas privatizações. Porém, o comportamento destes endinheirados e não só é hoje mais comedido de forma a não atraírem a curiosidade da PGR.
 - Para um investidor estrangeiro, isto é um quadro de incerteza que o afasta até que se altere. O risco de vir a ter um sócio local que pode ser convocado pela PGR é grande. Para reservar a sua reputação e evitar multas consideráveis no seu País, acaba recuando. Entrar no mercado sem um parceiro local é uma possibilidade, porém mais difícil, sobretudo para países como Angola.

- O IGAPE vai se tornando num instituto com atribuições para além do seu core e há o risco de se tornar num Azar Moral para o Estado, isto é, atrasar o máximo possível as privatizações como forma de sobrevivência institucional. Ademais os casos de arresto de bens com contornos judiciais bastante complexos reforçam essa ideia.

c) Autorizar o INSS a comprar títulos no mercado primário

- Está mais do que claro que a palavra “autorizar” aqui é um mero eufemismo, o Governo anda à caça de liquidez tanto para fazer a rolagem da dívida como para, eventualmente financiar o OGE. Por sua

vez, o INSS, não tem melhor alternativa de investimento no actual contexto.

- Esta medida para com o INSS conjugada com uma outra proposta pelo Ministério da Economia, o BNA comprar os títulos detidos por certas empresas num montante global de 100 mil milhões de kwanzas, sinalizam os limites do mercado de capitais angolano. Os riscos de incumprimentos do Governo tornam-se mais fortes ainda.
- O Governo está a ajudar a depreciar o valor dos seus próprios títulos quando decide arranjar compradores para alguns dos detentores. Quer dizer, uns vão aos bancos e recebem 70% pelos títulos por terem antecipado a liquidez, outros usam a influência do emitente (Governo) sobre um comprador (BNA) que paga 100%?

d) Identificação e operacionalização de todas as fontes de financiamento possível para contrapor os efeitos directos (certamente humanos) e indirectos (certamente economia) do Covid-19

- Foi certamente desta medida que decorreu o famoso pedido de ajuda à população para “ajudar”, segundo o Governo, outra população. A medida não tem pernas para andar e trará mais prejuízos ao governo do que proveitos.
 - Do ponto de vista moral o Governo perde força pela memória, ainda bastante recente, que a sociedade tem de como uma pequena elite devorou o boom económico que era suposto beneficiar o País como um todo...
 - A situação financeira actual é crítica, a pobreza se aprofunda, mas os governantes continuam a usar o dinheiro dos contribuintes para se atribuírem frotas de carros de luxo, casas, subsídios indecorosos, entre outras más práticas. A corrupção continua.
- É um grande equívoco o Governo propor-se a ajudar quando deve governar! Não se pode ser Governo e doador ao mesmo tempo, ainda que pela via do partido que suporta o Governo.

- Os prejuízos são também financeiros tendo em conta a forte relação entre este pedido de ajuda e o custo de financiamento para Angola (aumenta significativamente e mais do que torna negativo os resultados da campanha de ajuda financeira)

5. A PANDEMIA E PROVÁVEIS EFEITOS DESESTRUTURANTES SOBRE A PSICOLOGIA E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A afirmação segundo a qual “depois de ... nada mais será igual” se aplica ao “day after” da pandemia do covid19. O título desta reflexão é uma corruptela do sinal que através da canção de Paulo de Carvalho, transmitida através dos Emissores Associados de Lisboa, desencadeou a revolução de 25 de Abril de 1974. De acordo com diferentes posicionamentos que se vão conhecendo, pode estar em marcha um verdadeiro movimento revolucionário tendente a alterar e a criar outros fundamentos comportamentais e organizacionais para uma Nova Ordem Mundial. Creio que, se não forem já descobertos medicamentos (a vacina é médio prazo) poderemos estar a assistir à verificação da teoria de Charles Darwin da sobrevivência dos mais aptos e fortes.

No pior dos cenários metade da humanidade poderá ser seriamente afectada pela pandemia (os de meia idade e os idosos) para que a outra sobreviva. Assim nascerá um mundo novo, um pouco ao jeito de Aldous Axley, só com os mais capazes, os alfas e os betas do seu magnífico livro Admirável Mundo Novo. Ainda que a pandemia seja vencida – restando saber os termos dessa vitória e os respectivos custos (se apenas com ciência médica e farmacêutica, se com holocausto humano) perante o apenas microscopicamente visível, fácil e rapidamente disseminável – filósofos, economistas, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos e outros pensadores sociais concordam sobre a irreversibilidade das mudanças, comportamentos, efeitos e consequências do novocovid19. Muita da organização social e económica do anterior ao novo covid19 se vai perder ou alterar e o que vai ficar vai ser apenas História.

Pode, na verdade, estar-se no limiar de uma Nova Ordem Mundial com uma probabilidade maior de acontecer do que a que se atribuiu à Nova Ordem Económica Internacional dos anos 80 e do tempo de Nasser, Shuarto e outros dirigentes terceiro-mundistas que almejaram, no dealbar das independências dos seus países, a construção de modelos e regimes económicos, se não socialistas, pelo menos menos

capitalistas e mais sociais. Igualmente uma mudança na natureza das relações económicas, comerciais e financeiras internacionais, com menos exploração do Terceiro Mundo pelos países mais ricos e desenvolvidos. Economistas como Arghiri Emmanuel chegaram, mesmo, a falar num proletariado explorador, referindo-se aos benefícios das classes trabalhadoras dos países mais desenvolvidos nas suas relações comerciais com os países menos estruturados. O que não foi possível pelas negociações, argumentações e o deslocamento geográfico de alguns centros de produção, agora um simples vírus parece estar na iminência de o conseguir. Paradoxal? Talvez, mas sem deixar de se pensar que a Natureza tem os seus mecanismos de reacção a agressões e a saturação do ambiente às excessivas emissões de carbono pode ter levado ao aparecimento deste vírus ao provocar, como tentativa de debelação da multiplicação dos casos infecciosos, ao confinamento social e à obrigatoriedade de permanência em casa.

Que aspectos podem sustentar esta teoria da emergência de uma Nova Ordem Mundial? Não sei se o mais importante não se vai passar ao nível da reestruturação do sistema produtivo global, com a confirmação do deslocamento de importantes centros de decisão económica e política para a Ásia. Poderá ser o reavivar do confronto entre o “soft power” (China e associados) e o “hard power”, simbolizado pelos Estados Unidos e agravado pela desastrosa administração trumpista? A China (contra tudo do que possa ser acusada) aparentemente já saiu da crise sanitária e está a colocar-se na dianteira da recuperação da sua economia, ganhando vantagem na corrida contra os EUA e a União Europeia.

A substituição do trabalho pela tecnologia vai acelerar-se como resultado das medidas de confinamento social e tele-trabalho. A redução do número de horas de trabalho poderá potenciar aumentos de produtividade e propiciar melhor saúde e maior relacionamento inter-familiar, ainda que se possa admitir o surgimento de conflitos desagregadores desta célula básica da sociedade. A melhoria da saúde aumentará a produtividade e reduzirá os custos de manutenção dos sistemas nacionais de saúde. O facto de não se estar habituado a passar tanto tempo confinados às relações familiares pode consequenciar essa desagregação, eventualmente entendida como o custo de se construírem novos modelos de relacionamento mais

intimistas e de maior proximidade. Nas sociedades tradicionais africanas este espírito e comportamento gregário ainda prevalece, mesmo ameaçados pelas novas relações de produção dum sistema económico de tipo individualista, onde prevalece o lucro e o sucesso pessoal. Será que o covid19 e as medidas associadas de confinamento restaurará e alargará o gregário que existe no angolano?

O uso generalizado de tecnologia nos pagamentos on-line (também em sociedades menos atraídas por estas adaptações, estas configurações já aparecem, mormente nas muitas “start-ups” cuja pretensão é revolucionarem os sistemas de pagamentos e as modalidades de prestação de serviços) vai ser uma realidade. Mesmo sem medidas de confinamento – acelerativas deste género de mudanças – este standard de microempresas povoam os tecidos produtivos das nações mais desenvolvidas – é esperável o seu aumento em situações penalizadoras de modalidades de pagamentos de tipo tradicional. Assim, os futuros tecidos produtivos e de prestação de serviços tendencialmente serão dominados pelas novas tecnologias de pagamentos e encomendas on-line, com desaceleração do emprego ou, então, mudança dos seus perfis, provavelmente mais exigentes em conhecimento, educação e formação. Os grandes e médios espaços de escritórios estarão ameaçados e com eles, por arrasto, a construção civil (em Luanda e em outras grandes cidades do país, por outras razões, a desocupação deste tipo de espaços é desoladora), sendo também por isso que o sector está em crise, agravável com o adiamento do retorno ao que, saudosisticamente, se vai apelidar de “bons velhos tempos”.

O sector do turismo é um dos grandes afectados pelas medidas de confinamento social, interno e mundial, arrastando a aviação civil (as imagens projectadas nas televisões de aeroportos transformados em gigantescos parques de estacionamento de aviões são aterradoras, porque nunca vistas, mesmo em situações de guerra) e as viagens de cruzeiros marítimos (que começavam a inscrever Luanda nos seus roteiros). O Plano Nacional de Fomento do Turismo em Angola acaba de sofrer um tremendo golpe de pelo menos 5 anos, tantos quantos os estudos e estudiosos estimam demorar a recuperação de comportamentos dos viajantes. Mesmo no plano do turismo interno, os receios de contaminação vão prevalecer durante algum tempo, donde hotelaria, restauração, serviços a montante e a jusante

acusarão, de forma negativa, as perversidades das medidas de confinamento social anti covid19.

Um potencial efeito positivo vai ser a mudança de atitude dos governos com relação à melhoria, reforço e diversificação dos serviços de saúde e dos sistemas de prestação de cuidados preventivos da população. Se os dirigentes políticos em Angola tomarem a sério os sustos (e o trágico panorama internacional) do covid19 e acreditando que são honestos (assumpção difícil de aceitar atendendo aos prevaletentes casos de corrupção e de falta de transparência, do conhecimento de todos – um subsídio de renda mensal de 16,9 milhões de Kwanzas para o Presidente da Assembleia Nacional não tem classificação na gama de adjectivos da gramática da língua portuguesa), então o modelo de desenvolvimento vai acentuar a sua componente social e de redistribuição do rendimento nacional.

A política monetária poderá ter de abandonar a sua excessiva ortodoxia e voltar-se muito mais para o social e o desenvolvimento económico, descobrindo/inventando novos axiomas e teoremas que substituam as aproximações neo-clássicas e liberais que reforçam as bases capitalistas existentes. A injeção de quantidades astronómicas de dinheiro nas economias mais desenvolvidas (EUA, União Europeia) pelos respectivos bancos centrais (criação pura e vazia de moeda) é uma perfeita heresia para os fundamentos liberais e neo-clássicos, mas uma necessidade inadiável em nome da salvaguarda dos sistemas económicos e sociais. O que virá depois? Uma compreensão e aceitação de que a política monetárias também tem de ser social? Ou um retornos ao que tem de mais ortodoxo? Quanto tempo demorará a política monetária a recuperar os seus fundamentos mais restritivos e clássicos, ou será que este tipo de política monetária passará a fazer parte da História Económica? Ainda que não venha a ser em toda a extensão desta afirmação, a política monetária neo-liberal tenderá a seguir os novos fundamentos da possível Nova Ordem Global e não voltará a ser a mesma: inflexível, irracível, fechada sobre si mesma e convencida da sua verdade universal.

Será que algumas tradições culturais permanecerão, em especial aquelas das quais pelos seus hábitos alimentares podem resultar efeitos altamente perniciosos para a saúde da Humanidade através da sua capacidade de gerar e disseminar vírus?

Parece construir-se internacionalmente um consenso à volta do facto de que algumas das endemias e pandemias mais desastrosas e resilientes tiveram como ponto de partida certos hábitos alimentares (dentro de algumas culturas tradicionais e tradicionalistas), dos quais, muito provavelmente, esses povos se vão ter de desfazer. Modernizar a tradição, tornando-a num esteio de bem-estar mundial é outro dos arranjos a serem estudados. Como em África abordar esta matéria das tradições, face a um contexto de eminência de uma Nova Ordem Global?

Ocorrerá uma tremenda mudança social ao reconhecer-se um lado da vida normalmente esquecida/menorizada por todos, geralmente ocupadíssimos com os negócios: a solidariedade internacional a sair reforçadíssima dos efeitos de uma pandemia planetária: a comunidade internacional descobriu uma nova empatia entre todos os países e os bilionários integraram-se num movimento mundial de doações tendente a salvar a vida das pessoas.

Os efeitos ambientais derivados dos confinamentos, encerramento de fábricas, menor circulação de veículos estão a ser reconhecidos pela NASA (Agência Espacial norte americana que nos vê e controla a todos a partir do espaço, que nem um Big Brother universal) como amplamente positivos, em especial nos países mais poluentes do planeta (China, Índia e EUA). Estas modificações vieram para ficar e induzirão alterações tecnológicas sem precedentes em direcção a um planeta mais limpo e respirável. Sem covid19 talvez se levasse muito mais tempo a vivenciar as benesses de um mundo menos poluente, poluído e poluidor.

O sistema de educação vai ser totalmente transformado, existindo já países que se anteciparam sem o impulso de qualquer pandemia viral: Noruega, Finlândia, Suécia e Dinamarca. O modelo clássico de educação tem os dias contados e a maior parte dos países africanos não tem condições de acompanhar as revoluções perfiladas num horizonte muito próximo (em Angola ainda se dão aulas às crianças e adolescentes debaixo de árvores, donde, tal como destacado mais acima sobre os sistemas de saúde, o Estado ter de inverter as suas prioridades se pretender, como líder político do país, perfilar-se ao lado das mudanças e transformações e deixar de ser um mero observador). A escola vai tendencialmente passar a ser em casa, mesmo depois da pandemia secar e o vírus desaparecer ou adormecer, com a utilização dos mais

modernos meios de comunicação e transmissão de conhecimentos. Por isso e para isso, as famílias passarão a ser centos de conhecimento e não meras células básicas da sociedade, também ela tendencialmente menos tradicional.

E o que vai acontecer com os sectores informais das economias, sobretudo em África (em Angola pode chegar a representar 60% da actividade económica geral)?

Ou será que tudo isto é mera especulação e o pós-covid19 assistirá a um revigoramento do sistema capitalista mundial e nacional – com mais ou menos tonalidades sociais, o capitalismo é o único sistema de organização e funcionamento das economias – tal como conseguiu sobreviver e robustecer-se face a outras crises mundiais, das quais a mais recente foi a de 2008-2009?.

O que não é especulação é a crise económica e social severíssima – que já vem de longe, não sendo cientificamente correcto culpá-la, sistematicamente, com a baixa do preço do barril de petróleo – sem horizonte temporal visível para ser ultrapassada. Tal como já foi visto mais acima, o efeito conjugado da redução do preço do petróleo/COVID19 vai traduzir-se numa quebra de actividade em 2020 de cerca de 6,8%, projectando-se apenas para 2022 os sinais de uma recuperação positiva do PIB. Mas tudo vai depender de como a economia e a sociedade se reorganizarem, não valendo a pena, durante este interregno de tempo, pensar-se que a salvação estará no investimento estrangeiro, que não virá (ao menos nas quantidades que os poderes oficiais projectaram e o país desejou).

Portanto, chegou o momento para a agricultura desempenhar o seu papel, desde sempre adiado, e ocupar na estrutura económica e produtiva nacional um peso relativo acima de 15%, conferindo-lhe um lugar especial e passível de ser cumprido, de suporte à diversificação da economia, ao combate contra a pobreza e de melhoria na distribuição do rendimento nacional. Os investimentos, privados e públicos, para que esta alteração estrutural profunda, mas necessária e urgente, ganhe estatuto, podem ser estimados em USD145 mil milhões até 2030 (USD 13 mil milhões por ano) e uma taxa de crescimento média anual de 18,1%. Grandes números para grandes decisões. Alguém terá afirmado que em situações de crises semelhantes a esta, os países devem

ser dirigidos por generais, normalmente não titubeantes na tomada de decisões:
podemos esperar isso?

BIBLIOGRAFIA

CEIC-UCAN, Relatório Económico 2017 e 2018

Instituto Nacional de Estatística, Inquérito sobre Despesas e Receitas (IDR) 2018-19

MEP-Angola, 21 medidas para aliviar o impacto da COVID-19 sobre as famílias e as empresas. Extraído em <http://www.mep.gov.ao/vernoticia.aspx?id=49779> .

Consultado a 15 de Abril de 2020.

PNUD, Relatório de Pobreza Multidimensional 2018

PNUD, Potencial Impacto socioeconómico da pandemia do covid-19 em Angola: Uma análise sintética